

2.1 DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
LDO 2023

LRF, art. 4º, § 1

Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	36.000.000	38.592.000	0,018%	41.220.000	44.187.840	0,019%	46.784.000	49.778.176	0,020%
Receitas Não-Financeiras (I)	35.870.000	38.452.640	0,018%	41.071.150	44.028.273	0,019%	46.615.000	49.598.360	0,020%
Despesa Total	36.000.000	38.592.000	0,018%	41.220.000	44.187.840	0,019%	46.784.000	49.778.176	0,020%
Despesas Não-Financeiras (II)	32.420.000	34.754.240	0,017%	37.120.900	39.793.605	0,017%	42.131.700	44.828.128	0,018%
Resultado Primário (I – II)	3.450.000	3.698.400	0,002%	3.950.250	4.234.668	0,002%	4.483.301	4.770.232	0,002%
Resultado Nominal	3.140.000	3.366.080	0,002%	3.595.300	3.854.162	0,002%	4.080.144	4.341.273	0,002%
Dívida Pública Consolidada	450.000	482.400	0,000%	515.250	552.348	0,000%	580.000	617.120	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(4.700.000)	(5.038.400)	-0,002%	(5.350.000)	(5.735.200)	-0,002%	(6.300.000)	(6.703.200)	-0,003%
Receitas Primarias Adv. PPP(IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primarias geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) =(IV-V)	3.450.000	3.698.400	0,000%	3.950.250	4.234.668	0	4.483.301	4.770.232	0

FONTES: 1) IPCA IBGE Projeção BACEN Preços Médios Mai/2020 2) PIB - MT Projeção SEFAZ/MT

ESPECIFICAÇÃO	2.023	2.024	2.025
IPCA - IBGE	6,44	6,73	6,88
Deflator (Preços médios de Mar/2015)	0,644	0,673	0,680
	1,064	1,067	1,068
PIB MATO GROSSO (SEFAZ/MT)			
Valores Projetados	R\$ 194.958.690	R\$ 216.885.888	R\$ 235.356.072



2.2 DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
LDO 2023

LRF, art. 4º, §2º, inciso I

Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em Ano 2021 (a)	II-Metas Realizadas em Ano 2021 (b)	Variação	
			Valor (c) = (b- a)	% (c/a) x 100
Receita Total	24.199.761	30.399.023	6.199.262	25,62%
Receita Não-Financeira (I)	22.426.000	30.183.688	7.757.688	34,59%
Despesa Total	22.500.000	30.399.023	7.899.023	35,11%
Despesa Não-Financeira (II)	21.070.000	26.253.670	5.183.670	24,60%
Resultado Primário (I-II)	2.416.468	3.930.018	1.513.550	62,63%
Resultado Nominal	2.386.893	4.145.353	1.758.460	73,67%
Dívida Pública Consolidada	3.000.000	6.000.000	3.000.000	100,00%
Dívida Consolidada Líquida	2.800.000	5.750.000	2.950.000	105,36%

Nota 1 - Metas realizadas de acordo com o Balanço Orçamentário e Financeiro Consolidado de 2020 e RREO- Anexo 06 - Tabela 6.:
Resultados Primário e Nominal - Municípios - Siconfi



2.3 DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

LRF, art.4º, §2º, inciso II

Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026
Receita Total	24.199.761	30.399.023	0,064%	27.500.000	0,017%	36.000.000	0,022%	41.220.000	0,025%	46.784.000	0,024%	53.250.000
Receitas Não-Financeiras (I)	24.097.968	30.183.688	0,059%	27.399.000	0,017%	35.870.000	0,022%	41.071.150	0,025%	46.615.000	0,024%	53.120.000
Despesa Total	21.682.023	30.399.023	0,059%	27.500.000	0,017%	36.000.000	0,022%	41.220.000	0,025%	46.784.000	0,024%	53.250.000
Despesas Não-Financeiras (II)	21.681.499	26.253.670	0,056%	24.800.000	0,015%	32.420.000	0,020%	37.120.900	0,022%	42.131.700	0,022%	48.920.000
Resultado Primário (I – II)	2.416.468	3.930.018	0,006%	2.599.000	0,002%	3.450.000	0,002%	3.950.250	0,002%	4.483.301	0,002%	4.200.000
Resultado Nominal	2.416.993	4.145.353	0,006%	2.300.000	0,001%	3.140.000	0,002%	3.595.300	0,002%	4.080.144	0,002%	4.034.000
Dívida Pública Consolidada	63.602	278.481	0,008%	350.000	0,000%	450.000	0,000%	515.250	0,000%	580.000	0,000%	657.600
Dívida Consolidada Líquida	(5.306.807)	(8.530.522)	0,007%	(5.000.000)	-0,003%	(4.700.000)	-0,003%	(5.350.000)	-0,003%	(6.300.000)	-0,003%	(7.151.200)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026
Receita Total	25.143.552	31.584.585	0,015%	29.480.000	0,019%	38.592.000	0,018%	44.187.840	0,023%	49.778.176	0,026%	56.817.750
Receitas Não-Financeiras (I)	25.037.789	31.360.852	0,015%	29.371.728	0,019%	38.452.640	0,018%	44.028.273	0,023%	49.598.360	0,026%	56.679.040
Despesa Total	22.527.622	31.584.585	0,013%	29.480.000	0,019%	38.592.000	0,018%	44.187.840	0,023%	49.778.176	0,026%	56.817.750
Despesas Não-Financeiras (II)	22.527.077	27.277.563	0,013%	26.585.600	0,016%	34.754.240	0,016%	39.793.605	0,021%	44.828.128	0,024%	52.197.640
Resultado Primário (I – II)	2.510.710	4.083.288	0,002%	2.786.128	0,002%	3.698.400	0,002%	4.234.668	0,002%	4.770.232	0,003%	4.481.400
Resultado Nominal	2.511.256	4.307.022	0,002%	2.465.600	0,003%	3.366.080	0,001%	3.854.162	0,002%	4.341.273	0,002%	4.304.278
Dívida Pública Consolidada	66.082	110.557	0,000%	375.200	0,000%	482.400	0,000%	552.348	0,000%	617.120	0,000%	701.659
Dívida Consolidada Líquida	(5.513.773)	(8.615.828)	-0,003%	(5.360.000)	-0,005%	(5.038.400)	-0,003%	(5.735.200)	-0,003%	(6.703.200)	-0,003%	(7.630.330)

FONTES: 1) IPCA IBGE Projeção BACEN Preços Médios Maio/2022. 2) PIB - MT Projeção SEFAZ/MT

Valores Projetados (bilhoes)	4,30%					
	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025
	3,97	10,06	7,25	6,44	6,73	6,88
IPCA - IBGE	0,397	0,100	0,725	0,644	0,673	0,688
	1,039	1,010	1,072	1,064	1,067	1,068
PIB MATO GROSSO (SEFAZ/MT)						
Valores Projetados (milhares)	R\$ 167.334.000	R\$ 162.237.000	R\$ 167.129.000	R\$ 194.958.690	R\$ 216.885.888	R\$ 235.356.072

NOTA - 1 - Como índice de inflação utilizou-se o IPCA informado pela UEPP; 2 - Receita Total pelo conceito Orçamentário refere-se à soma da receita primária com aplicações financeiras.

3 - Despesa Total pelo conceito Orçamentário refere-se à soma da despesa corrente mais despesa capital; 4 - Resultado Nominal pelo método acima da linha; 5 - Houve alteração na metodologia de Receita Total, Receita Primária, Despesa Total e Despesa Primária a partir do exercício 2021, que passou a ser pelo conceito Orçamentário



2.4 DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LDO 2023

LRF, art.4º, §2º, inciso III

Valores em R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	28.767.100	146,0%	19.700.076	129,3%	15.235.811	100,0%
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	28.767.100	100,0%	19.700.076	100,0%	15.235.811	100,0%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	-	0%	-	0%	-	0%

FONTE: Balanços Patrimoniais Consolidado

Nota 1: O município vem apresentando um constante crescimento no seu resultado patrimonial, oriundo principalmente do Saldo em Caixa, Imobilizado e redução das obrigações a curto prazo



2.5 DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
LDO 2023

LRF, art.4º, §2º, inciso III

Valores em R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (c)	2018
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	
TOTAL (I)	-	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2020 (b)	2019 (d)	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO (III) = I - II	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	-	-	-

FONTE: Anexo 15 Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidado

Nota: Não há movimentação de recursos obtidos da entrada de recursos por Alienação de Bens Moveis ou Imoveis no municipio



2.6 DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
LDO 2023

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

Valores em R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2020	2019	2018
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2020	2019	2018
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS			
Compensação Previd. de Pensões entre RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I – II)	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

FONTE: Balanço Patrimonial e Anexo i



2.7 DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
LDO 2023**

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

Valores em R\$ 1,00

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2023	2024	2025	
IPTU - O Município concede Iseção para único imóvel pertencente a aposentados, pensionistas, cegos, inválidos e viúvas, independente de rendimento mensal, porém que residam no imóvel, cfe estabelecido na Lei Organica, cujos valores são considerados anualmente quando fixados no IPTU, sendo efetuados desde 2002, não necessitando de compensação em outro tributo, embora é feito através da Coleta de Lixo.	IPTU	3.200	3.350	3.400	Considerado anualmente na Taxa Coleta de Lixo
			-	-	
TOTAL		3.200	3.350	3.400	

FONTE: Depto Tributação



2.8 DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
LDO 2023



LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

Valores em R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
Aumento Permanente da Receita	825.000
(-) Transferências constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(20.015)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	804.985
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	804.985
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	804.985

FONTE: Estimativa da Receita LDO 2023

Nota 1 - A margem de expansão foi projetada tomando por base a estimativa de receita projetada para Ldo 2023, que adotou critérios de série histórica da arrecadação, índice provável de inflação e aumento do V.A com participação na receita de icms previsto para 2023

Nota 2 - Mesmo em virtude do fraco desempenho econômico Nacional, no demonstrativo da Margem de expansão das despesas de caráter continuado, o valor do item Aumento permanente da receita esta crescente, pois considerou-se o aumento na previsão de tributos repartidos constitucionalmente com o estado, no caso o Icms.

LDO Ano 2023

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Para fins de cumprimento do art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, são estabelecidas as metas anuais da Administração Municipal, em valores correntes e constantes, para as receitas, as despesas, os resultados primário e nominal, bem como o montante da dívida pública para o triênio 2023 – 2025, de forma a garantir o equilíbrio entre as receitas e despesas, a fim de promover uma gestão equilibrada dos recursos públicos.

1) Premissas Utilizadas

Dito isto, para a elaboração do cenário das metas de resultado primário foram consideradas as premissas e os históricos de execução para a definição da capacidade de pagamento. Pelo lado da despesa, parte-se do pressuposto de que as receitas e despesas estão em equilíbrio e que 100% das despesas serão empenhadas. O percentual de liquidação está previsto em 96%, compatível com a média observada nos últimos anos, e aderente à capacidade de execução das secretarias. Na mesma linha, estima-se que 99% das despesas serão pagas, assim como todos os restos a pagar inscritos, dos quais, cerca de 23% poderão ser cancelados, dado o histórico de registros de tal ocorrência. Estima-se que em média 80% do total do estoque de restos a pagar serão pagos entre 2023 a 2024.

Importante frisar que as metas fiscais estão expostas a riscos de mercados e a aqueles provenientes de alterações de legislação. Diante de alterações nos parâmetros estabelecidos nas projeções, essas variações dos indicadores utilizados nas projeções da Receita refletirão no resultado primário e poderão sofrer alterações.

Portanto, as metas de resultados primário e nominal, se encontram alinhadas ao cenário fiscal projetado, aderente à estimativa de arrecadação dos próximos exercícios, e à fixação das despesas a serem executadas, tomando por base a expansão da despesa primária. A meta fixada

Assim, fica evidenciada a consistência das metas do Município de União do Sul/MT, com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, II da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

2) Parâmetros

O cenário fiscal da LDO 2022-2024 foi elaborado com a utilização dos seguintes parâmetros:

PARÂMETROS	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PIB Brasil*	1,10%	2,00%	2,50%	3,50%	3,30%	3,90%
IPCA/IBGE*	3,97	10,06	7,25	6,44	6,73	6,77
Expansão Iptu	5,00%	5,00%	3,00%	3,00%	2,00%	2,00%
Iss Esforço Fiscal	3,00%	2,50%	2,50%	2,70%	2,50%	2,30%
Valor PIB-MT Nominal(em milhares)	R\$ 167.334.000	R\$ 162.237.000	R\$ 167.129.000	R\$ 194.958.690	R\$ 216.885.888	R\$ 235.356.072

Os indicadores macroeconômicos utilizados como referência se referem em sua maioria a LDO do Estado de Mato Grosso para 2023, disponível na página da <http://www5.sefaz.mt.gov.br/> e no cenário de acompanhamento da receita própria municipal no decorrer dos exercícios analisados.

Também estes indicadores são monitorados mensalmente devido a esta instabilidade e a qualquer momento podem ser revistos.

3) Estimativa das Receitas

As receitas para os exercícios de 2023 a 2025 foram estimadas considerando-se, de início, o Orçamento aprovado pelo Legislativo para o exercício de 2022, bem como o comportamento da arrecadação do ano anterior e o em curso. Foram também levadas em conta as circunstâncias de ordem conjuntural que afetam o desempenho de cada fonte de receita, com previsões num cenário levemente mais otimista do que o projetado para 2021 e 2022, entretanto bastante pessimista de redução no crescimento da economia mundial e Brasileira devido a Guerra Rússia X Ucrânia.

4) Metas Anuais Triênio 2023-2026

As Metas Anuais da Administração Direta do Município de União do Sul estão evidenciadas nos quadros a seguir, sem constar resultado previdenciário de RPPS por não possuir previdência própria.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece no § 1º do art. 4º que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) integrará o Anexo de

Metas Fiscais, em que são estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Nesse sentido, são apresentadas as perspectivas econômicas com base no cenário projetado para os exercícios de 2022 a 2025, com a estimativa dos principais parâmetros macroeconômicos necessários à elaboração do Quadro Fiscal de Médio Prazo referente a esse período. Com base em tais projeções, são definidos os objetivos e a estratégia de política fiscal para os próximos anos, assim como são mencionadas as medidas necessárias para o seu alcance, observando, precipuamente, os compromissos assumidos em lei.

Para o cálculo das Metas Anuais em **valores constantes**, utilizou-se a metodologia do Manual de Demonstrativos Fiscais (**MDF**):

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025	2026
a) Deflator	1,039	1,010	1,072	1,064	1,067	1,068
B) valores Correntes Rec Total	30.399.023	27.500.000	36.000.000	41.220.000	46.784.000	53.250.000
C) Valores Constantes Rec total	31.584.585	29.480.000	38.592.000	44.187.840	49.778.176	56.817.750

De modo detalhado:

a) Metas Anuais em Valores Correntes:

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES			
	2023	2024	2025	2026
Receita Total	36.000.000	41.220.000	46.784.000	53.250.000
Receitas Não-Financeiras (I)	35.870.000	41.071.150	46.615.000	53.120.000
Despesa Total	36.000.000	41.220.000	46.784.000	53.250.000
Despesas Não-Financeiras (II)	32.420.000	37.120.900	42.131.700	48.920.000
Resultado Primário (I – II)	3.450.000	3.950.250	4.483.301	4.200.000
Resultado Nominal	3.140.000	3.595.300	4.080.144	4.034.000
Dívida Pública Consolidada	450.000	515.250	580.000	657.600
Dívida Consolidada Líquida	(4.700.000)	(5.350.000)	(6.300.000)	(7.151.200)

FONTES: 1) IPCA IBGE Projeção BACEN Preços Médios mai/2022 2) PIB - MT Projeção SEFAZ/MT

Atualmente o município não possui dívida fundada de longo prazo, entretanto, vem projetando de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), a dívida provável com Restos a Pagar no exercício, de modo que a previsão é termos reserva financeira para pagar todos os restos processados no exercício, ficando apenas os não processados, cuja meta é ter saldo financeiro disponível para os mesmos também.

Para o cálculo das Metas Anuais em **valores constantes**, utilizou-se a metodologia do Manual de Demonstrativos Fiscais (**MDF**).

b) Metas Anuais em Valores Constantes:

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES			
	2023	2024	2025	2026
Receita Total	38.592.000	44.187.840	49.778.176	56.817.750
Receitas Não-Financeiras (I)	38.452.640	44.028.273	49.598.360	56.679.040
Despesa Total	38.592.000	44.187.840	49.778.176	56.817.750
Despesas Não-Financeiras (II)	34.754.240	39.793.605	44.828.128	52.197.640
Resultado Primário (I – II)	3.698.400	4.234.668	4.770.232	4.481.400
Resultado Nominal	3.366.080	3.854.162	4.341.273	4.304.278
Dívida Pública Consolidada	482.400	552.348	617.120	701.659
Dívida Consolidada Líquida	(5.038.400)	(5.735.200)	(6.703.200)	(7.630.330)

FONTES: 1) IPCA IBGE Projeção BACEN Preços Médios Maio/2022. 2) PIB - MT Projeção SEFAZ/MT

Os índices inflacionários e a taxa de crescimento do PIB/MT estão sendo seguido o do Estado de Mato Grosso.

c) Metas de Resultado Primário

- 1) **Receitas Primárias:** para calcular o valor das Receitas Primárias foram deduzidas as receitas financeiras: (rendimentos de aplicações financeiras e não considerado alienação de bens, pela série histórica que não é feito leilão a muitos anos no município.)
- 2) **Despesas Primárias:** Da mesma forma, abatendo-se do total da despesa o valor da Amortização e dos Encargos da Dívida, obteve-se as Despesas Primárias.
- 3) **Resultado Primário:** Do confronto entre a Receita Primária e a Despesa Primária, obtém-se o Resultado Primário, que vem a ser a economia da receita que o Município faz, para atender aos pagamentos da Dívida.

O município não possui expectativa de contrair operação de crédito, nem tampouco possui intenção de adquirir dívida a longo prazo de grande vulto no período em estudo.

Sendo previsto apenas os restos a pagar, com valores prováveis de liquidez financeira, e com previsão para os demais anos, sendo passível de revisão.

d) Resultado Nominal

A meta de Resultado Nominal indica o esforço que a Administração Municipal fará para a redução da Dívida Consolidada no triênio de 2023-2026. Até o exercício de 2018 o cálculo do Resultado Nominal era feito mediante a diferença entre o estoque da Dívida no final do exercício atual menos o total da

Dívida no final do exercício anterior. Tratava-se da metodologia denominada de **“abaixo da linha”**.

Entretanto, a partir do exercício de 2019 a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) adotou para o cálculo do **Resultado Nominal** a metodologia chamada de **“acima da linha”**,¹ cujo entendimento transcrevemos abaixo:

Resultado Nominal

Registra os valores relativos ao Resultado Nominal previsto e realizado no segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, demonstrando sua variação em valores nominais e percentuais.

Até o exercício de 2017, o resultado nominal era calculado pela diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior. A partir do exercício de 2018 (**com possibilidade de adiamento para 2019**), a meta do resultado nominal passou a ser definida e acompanhada pela metodologia acima da linha.

Pela metodologia acima da linha, o resultado nominal é obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). Pela metodologia abaixo da linha, representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Em decorrência a **STN** fundiu em apenas um quadro os demonstrativos 5 e 6, Resultado Primário e Resultado Nominal.² Nesse sentido, tem-se no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF):

Os resultados primário e nominal podem ser mensurados por meio da metodologia “abaixo da linha”, que leva em consideração as mudanças no estoque da dívida consolidada líquida. Não obstante, **pode ser feita também a análise das causas dos desequilíbrios, feita a partir dos componentes do resultado (receitas e despesas orçamentárias), cuja apuração é realizada pelo critério “acima da linha”.**

O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é comparável e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa evidenciação da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma complementar.

E mais adiante, o MDF conclui que poderá ocorrer discrepâncias entre os dois métodos³.

Os resultados **“acima da linha”** e **“abaixo da linha”** **podem apresentar discrepâncias devido a divergências metodológicas**, como por exemplo os reconhecimentos de dívidas (esqueletos) que impactam o resultado abaixo da linha, sem necessariamente haver o reconhecimento de uma despesa primária que seria capturada pela metodologia acima da linha. Tais discrepâncias devem ser objeto de nota explicativa, independentemente de sua evidenciação no presente demonstrativo.

e) Montante da Dívida:

¹ MDF. 12ª Edição..

² MDF. 12ª Edição.

³ MDF. 12ª Edição.

Não é demais recordar que se trata da Dívida Fundada de Longo Prazo. O montante da Dívida Pública levando-se em consideração um pequeno montante de restos a pagar, não sendo previsto dívida fundada oriunda de operações de crédito ou contratos de longo prazo, que o município não possui atualmente e não tem a expectativa de firmar até o período de 2023.

A propósito trazemos a luz o conceito de acordo com o MDF 12ª Edição⁴.

A **dívida pública consolidada** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito **para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses**, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento. MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

A **dívida consolidada líquida** (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros⁸⁷, líquidos dos Restos a Pagar Processados. Para mais informações sobre a DCL, consultar o Anexo 2 do RGF.

Para ser fixada a meta da Dívida Consolidada Líquida, levou-se em consideração o princípio do equilíbrio orçamentário, em que a Receita é igual a Despesa, não ocorrendo no final de cada período da projeção, disponibilidade de caixa.

5) Avaliação do cumprimento das Metas Anuais do exercício anterior e Metas Fiscais Atuais comparadas com a dos exercícios anteriores

O resultado primário representa um “esforço” da ação fiscal que objetiva alcançar uma economia de recursos financeiros para possibilitar a redução das dívidas consolidadas.

Nos últimos anos, o superávit primário realizado superou a meta estabelecida oferecendo condições para que o município pudesse quitar e reduzir significativamente os restos a pagar anualmente.

Essa constatação pode ser comprovada tanto pelo lado da receita, quanto pelo lado da despesa, e, o resultado primário, inicialmente estabelecido na Lei Orçamentária Anual de 2021 no montante de R\$ 2.416.468, superou em 62,63% a previsão inicial e atingiu o montante de R\$ 3.930.018.

⁴ MDF pg. 221 e 222.

Tal fato é explicado pelo superávit orçamentário, que viabilizou o alcance de um resultado primário positivo. A meta do resultado nominal foi superior em 73,67% em relação à orçada na LOA 2021, fruto do excesso de arrecadação das receitas públicas, em parte explicada pela elevação da inflação, sobretudo, de combustíveis e alimentos.

LRF, art. 4º, §2º, inciso I

Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em Ano 2021 (a)	II-Metas Realizadas em Ano 2021 (b)	Variação	
			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	24.199.761	30.399.023	6.199.262	25,62%
Receita Não-Financeira (I)	22.426.000	30.183.688	7.757.688	34,59%
Despesa Total	22.500.000	30.399.023	7.899.023	35,11%
Despesa Não-Financeira (II)	21.070.000	26.253.670	5.183.670	24,60%
Resultado Primário (I-II)	2.416.468	3.930.018	1.513.550	62,63%
Resultado Nominal	2.386.893	4.145.353	1.758.460	73,67%
Dívida Pública Consolidada	3.000.000	6.000.000	3.000.000	100,00%
Dívida Consolidada Líquida	2.800.000	5.750.000	2.950.000	105,36%

Na estimativa dos exercícios futuros, foram considerados como inflação o IPCA informado pela UEPF/Sefaz-MT; Receita pelo conceito orçamentário refere-se a soma da receita primária com aplicações financeiras. A despesa total pelo conceito orçamentário à soma da despesa corrente mais a despesa de capital, bem como o resultado nominal acima da linha.

6) Evolução do Patrimônio Líquido

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como Patrimônio Líquido (PL). A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo (MCASP, 2021). Integram o PL o Patrimônio/Capital Social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos

Percebe-se que o município vem tendo um crescimento em seu resultado superavitário anualmente:

LRF, art.4º, §2º, inciso III		Valores em R\$ 1,00				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	28.767.100	146,0%	19.700.076	129,3%	15.235.811	100,0%
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	28.767.100	100,0%	19.700.076	100,0%	15.235.811	100,0%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	-	0%	-	0%	-	0%

7) Origem e Aplicação de Recursos; Receitas e Despesas Previdenciárias e Projeção Atuarial do Rpps

A Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos, no último triênio está demonstrada no Anexo 2.5, e reflete a posição financeira em 31.12.2021. Acresce esclarecer que não ocorreu alienação de bens nos últimos exercícios.

O município não possui Regime Próprio de Previdência Social, contribuindo apenas ao Regime Geral.

8) Estimativa de renúncia de receitas

A estimativa da Renúncia de Receita, devidamente autorizada pelas Leis Municipais vigentes, está evidenciada no Demonstrativo 2.7, e contempla apenas as isenções decorrentes da previsão na lei orgânica para aposentados, pensionista, idosos e afins proprietários de um único imóvel e com remuneração financeira até um salário mínimo.

9) Margem de Expansão da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Por fim, a margem de expansão da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, constante do demonstrativo 2.8, do Anexo de Metas Fiscais, está demonstrada no quadro a seguir:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIAO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
LDO 2023



LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

Valores em R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2023
Aumento Permanente da Receita	825.000
(-) Transferências constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(20.015)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	804.985
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	804.985
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	804.985

A margem de expansão da despesa continuada, isto é, a margem para criação de despesa nova com prazo de duração superior a dois exercícios, conforme conceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal é de R\$ 804.985, sendo projetada muito próxima ao do exercício de 2022, por entendermos que, mesmo considerando o cenário mundial, o município de União não terá sua receita reduzida devido ao ICMS e desenvolvimento econômico do setor agropecuário.

Para este cálculo foi considerado como previsão um aumento permanente da receita, do exercício de 2022, porém menor do que a expectativa prevista em exercícios anteriores, reestimado e a previsão da receita para 2023 o crescimento real dos seguintes itens:

- 1) Tributos e Contribuições.
- 2) Transferências Constitucionais –FPM, ITR, CIDE – Contribuição Incidente sobre Derivados de Petróleo, ICMS cota-parte de 25%, IPVA e IPI Exportação.
- 3) Transferências do FUNDEB.

Esclarecemos que os valores projetados são meramente referencial,

com base nos parâmetros que reflete o comportamento da economia em um cenário da prolongada crise econômica que o país atravessa.

Por este motivo as projeções poderão ser modificadas, caso venha a ocorrer mudanças nas variáveis utilizadas, quando da divulgação do projeto de lei do Orçamento Anual do Estado de Mato Grosso.

União do Sul, MT, 27 de Junho de 2022.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal